



CONEPA
CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDANTES
E PROFISSIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO

7ª Edição 2024 | 10 e 11 de maio de 2024
Belém, Pará (Região Norte)

**DESENVOLVIMENTO SOCIAL: UMA ANÁLISE A
PARTIR DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE
BELÉM (2018-2021)**

Laise Emanuele Gomes Barros
Graduanda em Administração
Universidade Federal do Pará
laise0106@gmail.com

Edilson Henrique Olimpio Figueiredo
Graduando em Administração
Universidade Federal do Pará
ediholimpio@gmail.com

Fernanda Ferreira Castro
Graduanda em Administração
Universidade Federal do Pará
fernandacaastro1010@gmail.com

Resumo

O planejamento governamental desempenha um papel crucial no contexto do desenvolvimento social, sendo utilizado para orientar e promover ações que visem melhorar a qualidade de vida da população, nesse sentido, o Plano Plurianual (PPA) é uma ferramenta de planejamento a médio prazo utilizada para atender à sociedade. Dessa forma, o objetivo do presente artigo é analisar a aplicação prática do PPA no Município de Belém durante o período de 2018-2021, fazendo um comparativo entre planejamento e execução. Para tanto, a metodologia utilizada foi a qualitativa, através de um levantamento exploratório bibliográfico, que permitiu identificar e analisar as metas propostas no plano e se estas foram alcançadas na área social. Conclui-se que é fundamental a elaboração de planejamentos alinhados com a realidade e que muitos planos previstos não foram concretizados, mostrando um prejuízo incalculável ao atendimento das demandas sociais.

Palavras-chave: Plano Plurianual. Desenvolvimento social. Análise. Belém.

Abstract

Government planning plays a crucial role in the context of social development, being used to guide and promote actions aimed at improving the population's quality of life. In this sense, the Pluriannual plan (PPA) is a medium-term planning tool used to meet the society. Therefore, the objective of this article is to analyze the practical application of the PPA in the Municipality of Belém during the period 2018-2021, making a comparison between planning and execution. To this end, the methodology used was qualitative, through an exploratory bibliographic survey, which allowed identifying and analyzing the goals proposed in the plan and whether they were achieved in the social area. It is concluded that it is essential to prepare plans aligned with reality and that many planned plans were not implemented, showing an incalculable loss in meeting social demands.

Keywords: Pluriannual plan. Social development. Analysis. Belém.

1. INTRODUÇÃO

A busca pelo desenvolvimento social em regiões urbanas é um constante desafio para os gestores públicos e pesquisadores, principalmente na região amazônica que possui uma elevada desigualdade em relação a outras regiões e particularidades em sua infraestrutura. Nesse contexto, o planejamento governamental é um importante instrumento para minimizar tais disparidades e está previsto na Constituição Federal de 1988, dentre as ferramentas dispostas, pode-se citar o Plano Plurianual, que é um mecanismo de planejamento a médio prazo, no qual, são definidos as metas e objetivos prioritários da Administração Pública durante o período de quatro anos. Além do PPA, há juntamente a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). As duas representam um papel importantíssimo, pois, a LDO irá direcionar a elaboração orçamentária em consonância com o PPA, definindo suas metas, já a LOA prevê as receitas e fixa as despesas referente ao orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das estatais, enfatizando também a sintonia com a LDO e o PPA.

Inserido neste cenário, o PPA irá a atuação do governo em áreas-chave como saúde, educação, habitação e meio ambiente. Além disso, permite uma maior transparência da administração, pois, é exposto os setores que terão maiores investimentos e os projetos propostos. Nesse sentido, pode-se enxergá-lo como uma ferramenta no contexto de políticas públicas que está voltado para o desenvolvimento social, vale destacar que este plano requer a participação pública para a sua construção, visto que, a população irá expor suas demandas e necessidades e cabe aos gestores analisarem e incluírem no planejamento de acordo com o orçamento. No entanto, há muitas dificuldades que são impostas a sua formulação estratégica, principalmente em uma região amazônica (Olenski *et al*, 2017).

O PPA do município de Belém no período de 2018-2021 foi intitulado de “BELÉM CRIATIVA – Belém do Bem”, possuindo 3 eixos estratégicos: (1) Melhoria da qualidade de vida e justiça social, (2) Ordenamento, infraestrutura urbana e crescimento sustentável e (3) Gestão e Governança com transparência. Além disso, o Município de Belém possui a característica de sua organização ser dividida em oito Distritos Administrativos: Distrito Administrativo de Mosqueiro (DAMOS), Distrito Administrativo de Outeiro (DAOUT),

Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO), Distrito Administrativo de Bengui (DABEN), Distrito Administrativo da Sacramenta (DASAC), Distrito Administrativo de Belém (DABEL), Distrito Administrativo do Entroncamento (DAENT), Distrito Administrativo Guamá (DAGUA). Sob essa perspectiva, pode-se analisar a complexidade deste planejamento, consequentemente é necessária uma análise criteriosa de seu desenvolvimento e implementação.

Assim sendo, o presente artigo é norteado pelo seguinte questionamento: o PPA do município de Belém, referente ao período 2018-2021, representa efetivamente um instrumento de desenvolvimento social? Para responder a tal questão, este artigo tem como objetivo geral analisar a aplicação prática do Plano Plurianual no município de Belém durante o período de 2018-2021 com enfoque no desenvolvimento social, de forma específica, objetiva-se um comparativo entre o planejamento e a execução das principais metas, além de comparar o PPA analisado com o vigente de 2022-2025. Através de uma abordagem qualitativa e empregando uma metodologia de pesquisa exploratória por meio da revisão bibliográfica de livros, artigos científicos e relatórios governamentais. A relevância da pesquisa justifica-se por contribuir com o monitoramento social do PPA e expor à sociedade as contribuições advindas do planejamento governamental.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Para Carneiro (2012) o planejamento é convencionalmente tratado como um instrumento de racionalização do processo decisório que visa definir e organizar as atividades e ações referentes à implementação de empreendimentos e intervenções mais complexas. Contribuindo com esse conceito, Cardoso (2014) afirma que o planejamento é uma alavanca ou instrumento para o desenvolvimento sustentável, soberano e incluyente no Brasil. Historicamente, o planejamento governamental tem sido utilizado no setor público desde o século XIX, com o intuito de promover o progresso econômico e social. Tanto os governos de países centrais quanto periféricos têm aplicado essa abordagem para moldar o futuro de suas nações (Lima, 2020). Dessa forma, o planejamento governamental além de avaliar opções

específicas para o processo de desenvolvimento, é importante também na identificação de problemas e fatores estratégicos para alcançar objetivos sociais com menores custos econômicos e sociais (Leão, 2012).

No contexto governamental, é importante ressaltar que o conceito de desenvolvimento social vem ganhando notoriedade nos últimos anos. Para Amartya Sen (2018), o desenvolvimento é o processo que visa ampliar as liberdades humanas, ou seja, envolve a busca pelos objetivos e meios do desenvolvimento, não se restringindo apenas aos aspectos quantitativos da renda. No setor público, a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 74 atribui ao Estado o exercício de ações de fiscalização e incentivo ao planejamento visando o desenvolvimento econômico e social, por isso, sua atribuição perpassa pelas políticas públicas que gerem melhorias para a sociedade. Conceitualmente, política pública é um campo de estudo inserido na análise da política, que examina as ações do governo à luz das grandes questões públicas (Mead, 1995). Por outro lado, Lynn (1980) a define como um conjunto de ações governamentais destinadas a produzir efeitos específicos.

Para atender as demandas sociais, é necessária uma ampla participação da sociedade na formulação dos planejamentos, para que assim haja um desenvolvimento social. Cardoso Jr. (2011) enfatiza que a atividade de planejamento governamental não deve ser realizada com um viés essencialmente normativo. Em contextos democráticos, o planejamento não pode ser concebido sem levar em consideração os diversos interesses que estão em disputa no cotidiano. A partir disso, tem-se um processo de planejamento apoiado na democracia que contempla as principais áreas sociais.

2.2. PLANO PLURIANUAL COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O PPA insere-se no contexto do planejamento governamental pós-redemocratização e abrange inúmeras ações realizadas pela gestão pública (Melo, Filho e Jesus, 2013). De acordo com a Constituição Federal em seu artigo 165, o PPA deve estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e metas da administração pública para as despesas de investimento e outras delas decorrentes e para programas de duração contínua para um período de quatro anos.

A partir do texto constitucional, é atribuído ao PPA um papel central de organização da ação estatal, visto que a LDO e a LOA precisam estar em consonância com ele (Paulo, 2010).

Historicamente, o primeiro PPA elaborado pelo Governo Federal no quadriênio de 1991-1995 é visto como uma mera formalidade e pouco contribui ao planejamento governamental (Giacomoni, 2006). O PPA seguinte referente a 1996-1999 também pouco acrescenta como guia para ações do Governo, e no final da década, o Governo Federal busca alterações na gestão do PPA, o qual passa a organizar as atividades estatais em função da resolução de problemas ou do atendimento de demandas da sociedade (Garcia, 2000). Atualmente, a gestão do PPA buscou intensificar a regionalização das metas, qualificar o processo de participação social, estreitar a relação entre o PPA e o leis orçamentárias e estimular a construção de programas que envolvessem a participação de diversos atores na execução das ações (Macolmes, 2012). Dessa forma, o PPA apresentou evolução de uma mera formalidade constitucional para uma ferramenta de reivindicação de demandas sociais.

3. METODOLOGIA

A pesquisa pode ser definida como um procedimento racional e sistemático que visa fornecer soluções para um problema. Dessa forma, a pesquisa é desenvolvida através da utilização de métodos e técnicas diferentes para investigar e analisar um tema. Além de englobar diferentes etapas para alcançar o objetivo proposto. (Gil, 2017).

O presente artigo adota uma abordagem metodológica qualitativa, a qual, segundo Creswell (2010, p. 26) “é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano.” No que tange ao método, foi escolhido o de levantamento exploratório bibliográfico através de relatórios governamentais, livros, artigos, assim como legislações específicas sobre o tema oriundos do Google Acadêmico, do Scielo e sites oficiais do governo. A técnica utilizada para a análise dos dados, baseou-se na análise de conteúdo através da categorização e comparação dos dados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O planejamento para o orçamento público de um município é indispensável para que as atividades vinculadas ao desenvolvimento social sejam efetivadas. Contudo, é necessário o “aval” social para a consolidação desse planejamento. No que diz respeito ao Município de Belém do Pará, por tratar-se de uma região metropolitana, muitas atividades públicas do próprio estado são centralizadas em seu território, haja vista a dependência de municípios circunvizinhos menos desenvolvidos. Nesse sentido, o PPA deve ser estratégico em cada tópico abordado, pois há o impacto direto no bem estar social.

4.1 MONITORAMENTO DO PPA (2018-2021)

O PPA 2018-2021, cuja visão principal é o desenvolvimento sustentável, difusão de conhecimento, informação e diversidade socioespacial do território municipal, obteve a "participação popular" extremamente limitada, por conta da pouca divulgação das duas audiências públicas, segundo o diagnóstico do PPA 2022-2025.

Foram registradas algumas metas, sem detalhamento, sobre todos os eixos temáticos. Algumas inovadoras, mas em maioria, continuidade a projetos anteriores. Nesse sentido, destaca-se o eixo voltado ao desenvolvimento social (objeto de análise deste artigo). Observou-se que em muitos setores tais metas não foram totalmente ou parcialmente cumpridas ao longo do quadriênio (por conta da pandemia mundial da covid-19). Alguns projetos foram concluídos com alcance social muito baixo, em decorrência de pouca capacidade de infraestrutura e restrição em bairros pontuais, o que diminui o público. Ademais, observa-se muita dificuldade na execução de vários princípios da Administração Pública: como transparência (ativa e passiva) e publicidade. Logo, o cidadão não tem oportunidade de se tornar um agente da sociedade, haja vista que o acesso à informação é a forma mais eficaz de fazê-lo (Francischini, 2023).

4.2 SEGMENTOS DE INTERESSE DO PPA (2018-2021)

A divisão de áreas abrangidas pelo PPA em questão, é ilustrado por meio de um quadro no qual aloca a relação entre eixos, diretrizes estratégicas de Governo e programas temáticos, a seguir:

Figura 1 – Visão do PPA 2028-2021.

VISÃO DE FUTURO		
Belém Criativa: Uma Cidade Melhor para se Viver, Trabalhar e Empreender		
EIXOS ESTRATÉGICOS	DIRETRIZES ESTRATÉGICAS	PROGRAMAS TEMÁTICOS
MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E JUSTIÇA SOCIAL	Propiciar a atenção integral à saúde e melhoria na qualidade dos serviços	ATENÇÃO INTEGRAL DAS POLÍTICAS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
	Promover a atenção integral às pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social	
	Promover a Atenção integral à criança e ao adolescente	
	Assegurar o exercício do direito de cidadania com foco na inclusão social e produtiva	SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA
	Propiciar a segurança e a integridade dos cidadãos e do patrimônio com integração de políticas públicas entre os entes federados, intensificando ações de prevenção à violência na promoção de uma cultura de Paz	
	Ampliar o acesso à educação de qualidade	EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
	Valorizar os bens culturais locais e democratizar o acesso	
	Ofertar de forma ampla e diversificada o esporte e lazer	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
	Promover o desenvolvimento econômico com ampliação da cadeia produtiva e competitividade	
	Fomentar a geração de emprego, trabalho, renda, e a qualificação profissional	
Consolidar e criar novos negócios na promoção do turismo integrado ao ambiente cultural e gastronômico		
ORDENAMENTO, INFRAESTRUTURA URBANA E CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL	Promover a habitabilidade com acesso à terra urbanizada, à moradia e ao saneamento ambiental	GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
	Promover o ordenamento do espaço urbano com melhoria da qualidade de vida e equilíbrio sócio econômico e ambiental	
	Garantir a mobilidade e acessibilidade aos equipamentos, serviços e espaços públicos	
	Corroborar com a gestão metropolitana compartilhada a fim de alcançar soluções viáveis diante de objetivos comuns	
GESTÃO E GOVERNANÇA COM TRANSPARÊNCIA	Modernizar a gestão pública por meio da melhoria dos processos e inovações tecnológicas	GESTÃO INTEGRADA E DESCENTRALIZADA
	Estimular o controle social, promovendo a cultura de transparência fiscal e ética	
	Valorizar e qualificar o servidor público	
	Garantir a qualidade dos serviços públicos	
	Otimizar os gastos e maximizar as receitas	

Fonte: PPA 2018-2021.

De acordo com os dados disponibilizados pode-se analisar todas as temáticas descritas no PPA original. No entanto, esta pesquisa tem como foco o eixo: melhoria da qualidade de vida e justiça social, por considerar o desenvolvimento social imprescindível, sendo destrinchados a seguir.

5. EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Um dos principais desafios do governo, é o desenvolvimento de políticas voltadas para o oferecimento de serviços públicos essenciais, haja vista que a oferta de serviços básicos visa reduzir as desigualdades sociais (Rodrigues, 1996). Nesse contexto, uma série de metas

relacionadas ao desenvolvimento social foram destrinchadas no PPA em análise. No que tange: educação, cultura, esporte e lazer, foram selecionadas duas metas, sendo a primeira:

Figura 2 – Meta 1 relacionada à educação

DESCRIÇÃO DAS METAS	Localizador	Unidade	Meta 2018	Meta 2019 - 2021
9 unidades escolares com quadras esportivas construídas, totalizando 100% de unidades com equipamento implantado	DAMOS	und	–	–
	DAOUT	und	01	02
	DAICO	und	01	03
	DABEL	und	–	–
	DAGUA	und	01	–
	DASAC	und	–	–
	DAENT	und	–	–
	DABEN	und	–	01

Fonte: PPA 2018-2021

Tal meta está relacionada ao objetivo de promover a expansão e a melhoria da infraestrutura dos equipamentos públicos de educação, cultura, esporte e lazer com responsabilidade ambiental e acessibilidade. O órgão responsável é a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC). Segundo o PPA de 2018-2021, um total de 92% das escolas de ensino fundamental possuem quadra de esportes. No entanto, de acordo com o diagnóstico do PPA posterior, ciclo 2022-2025 o percentual atual continua o mesmo. Desse modo, observa-se que não houve aplicação da meta em questão devido a estagnação do quantitativo.

Por outro lado, a segunda meta selecionada está ligada ao aumento do número de matrículas no Ensino Fundamental:

Figura 3 – Meta 2 relacionada à educação

DESCRIÇÃO DAS METAS	Localizador	Unidade	Meta 2018	Meta 2019 - 2021
Ampliar de 42.297 para 46.103 (9%) o atendimento no Ensino Fundamental (3.806 matrículas)	DAMOS	und	–	414
	DAOUT	und	1.228	–
	DAICO	und	–	404
	DABEL	und	–	–
	DAGUA	und	640	120
	DASAC	und	–	–
	DAENT	und	–	232
	DABEN	und	–	768

Fonte: PPA 2018-2021

Essa meta está relacionada ao objetivo de garantir o acesso e permanência à educação básica, à produção cultural, ao esporte e ao lazer, com sustentabilidade, inclusão social e valorização regional. O órgão responsável também é a SEMEC. Segundo dados do diagnóstico do PPA 2022-2025 o número de matriculados no Ensino Fundamental até o ano de 2020 é de 52.071, sendo um alcance de 113% da meta estabelecida.

No que tange o tema: Diversidade Cultural, o PPA visa promover um ambiente cultural e artístico renovado, estimulando o respeito e a valorização, tendo como meta principal a



concretização do Sistema Municipal de Cultura (SMC) realizando fóruns setoriais e as conferências de cultura para o fortalecimento da política cultural em consonância com as diretrizes nacionais. Nesse contexto, a Lei nº 9.880/23 (atualizada pela gestão posterior) trata sobre os mesmos parâmetros, porém de maneira mais efetiva. Por outro lado, segundo dados do PPA em vigência, não houve fortalecimento nas políticas culturais, pois há escassez de mão de obra especializada e bens públicos que ainda enfrentam diversos problemas em sua estrutura interna.

Nesse contexto, não há definição clara de uma política de requalificação do patrimônio histórico, artístico e cultural, o que deixa nítido a ausência de uma política atualizada de ordenamento territorial, sendo desconsiderado a importância das áreas de interesse à preservação do patrimônio territorial e cultural.

Nas temáticas de Esporte e Lazer, nas quais a Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer - SEJEL era responsável, haveria (segundo o PPA analisado) a continuação de alguns projetos, os quais contemplam alguns públicos alvo, sendo eles: o projeto “Escola de Esporte” (dados de 2016) para crianças em modalidades como: atletismo, danças folclóricas, futebol de campo e salão, ginástica geral e artística, handebol, hidroginástica, judô, nado sincronizado e natação, realizadas em 12 espaços, contribuindo para sua formação e otimizando seu potencial na aprendizagem. Nesse contexto, o projeto é acompanhado por profissionais nas áreas de serviço social e psicologia e ainda está em vigor (dados de 2022), porém atende atualmente a 250 participantes com algumas atividades retiradas, como danças folclóricas, por exemplo.

Não há a criação de nenhum projeto novo no PPA, nas temáticas de esporte e lazer, apenas a continuação de projetos criados anteriormente. No entanto, essa continuação foi executada de maneira falha, segundo as informações do PPA em vigência, foi observado uma redução drástica do atendimento à população com a redução e até mesmo extinção de programas e projetos de esporte e lazer.

6. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

A economia social desempenha um papel fundamental no contexto do desenvolvimento econômico sustentável, visto que, a implementação de políticas públicas voltadas para o



7ª Edição 2024 | 10 e 11 de maio de 2024

Belém, Pará (Região Norte)

desenvolvimento gera impactos perceptíveis e favorece a criação de uma economia mais justa (Oliveira, 2012). Nesse sentido, pode-se mencionar que o plano focou em quatro objetivos: inclusão da economia criativa como estratégia de desenvolvimento; reordenamento e modernização do sistema de abastecimento e comércio em logradouros públicos; promoção da formação e qualificação profissional na geração de trabalho, emprego e renda; fomentar e incentivar o turismo como atividade de desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural.

No que tange o fomento da economia, pode-se analisar as palestras realizadas pelo Fundo Ver-o-sol que tem como finalidade oferecer linhas de crédito com juros reduzidos para microempreendedores, tanto formais quanto informais. Analisando os dados disponibilizados pelo site da Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (SEGEP), referentes às palestras promovidas pelo fundo no ano de 2018, constata-se uma maior participação de estudantes nas palestras sobre microcrédito. No decorrer deste ano, um total de 845 alunos compareceu às palestras, o que correspondeu acima da meta de qualificação estabelecida pelo PPA para o ano de 2018, fixada em 500 alunos.

Outra meta estabelecida pelo plano, consistia na implementação do Programa Farmácia Amazônica, com o intuito de incentivar o cultivo e a manipulação de plantas medicinais, bem como a produção de medicamentos fitoterápicos. Inicialmente o plano se propôs a uma meta de implementação de 25% que deveria ser alcançada em 2018, no entanto, somente em 2022 com uma parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), que o programa foi retomado e apresentou um progresso significativo.

Ademais, constatou-se que embora o plano contemple alguns projetos de relevância, notadamente aqueles voltados para a sustentabilidade, como o programa de farmácia amazônica, falhou ao não detalhar de forma mais abrangente algumas de suas metas e as estratégias para sua consecução. Outro ponto é a lacuna nas metas relacionadas a áreas de relevância para a economia municipal, como o setor de exportação, cuja ausência de abordagem no planejamento acarreta em impactos significativos para um município que almeja o desenvolvimento social.

7. SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

O artigo 196 da Constituição Federal do Brasil afirma que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas. O PPA 2018-2021 reforça essa atribuição ao promover ações estratégicas para a qualificação das práticas gerenciais do Sistema Único de Saúde – SUS em Belém. Por outro lado, tem-se a assistência social, que é um importante fator para diminuir desigualdades sociais e proporcionar qualidade de vida. Portanto, faz-se necessário a análise de tais áreas prioritárias.

O panorama da saúde pública em 2018 mostra uma tentativa em atender a população de forma completa, porém, para um número de habitantes em Belém de 1.300.000, tais quantitativos não são o suficiente, visto que a atenção básica da saúde alcançava apenas 50% da população. Para mudar esse cenário, foi estabelecido as principais metas em saúde, descritas na

na	DESCRIÇÃO DAS METAS	Localizador	Unidade	Meta 2018	Meta 2019 - 2021
	Garantir o acesso qualificado aos serviços da atenção básica, ampliando de 50% para 80% a cobertura da população atendida	Abrangência Municipal	%	5%	25%
	Ampliar de 112 para 156 o número de Equipes da Estratégia Saúde da Família - ESF	Abrangência Municipal	und	11	33
	Ampliar de 3 para 5 os serviços da rede de atenção às urgências emergência - RUE com a implantação de 02 unidades de pronto atendimento - UPA's 24h	DAENT	und	1	---
		DAGUA	und	1	---

figura a seguir:

Figura 4 – Metas de saúde analisadas

Fonte: PPA 2018-2021

Como primeira meta, tem-se o aumento da capacidade dos serviços para atenção básica, tal meta não foi cumprida, pois de acordo com o PPA 2022-2025 a capacidade teria diminuído para 40%, além disso era previsto um aumento de 3 para 5 das UPA'S, atualmente tal meta foi alcançada, e 5 unidades de atendimento se encontram nos bairros da Sacramento, Terra Firme, Marambaia, Jurunas e do Distrito de Icoaraci. Foi proposto um aumento de 112 para 156 o número de Equipes da Estratégia Saúde da Família - ESF, que também não foi alcançado, visto que o PPA de 2022-2025 consta que só existem 123 equipes para esse programa.

No que tange à assistência social, o cenário em 2018 mostrava-se preocupante, e refletia uma falta de atenção a essa área prioritária, sendo necessário intervenções eficientes para que a população em vulnerabilidade social seja atendida. Em comparação, o PPA vigente demonstra

7ª Edição 2024 | 10 e 11 de maio de 2024
Belém, Pará (Região Norte)

um maior foco ao disponibilizar mais espaços para mulheres e crianças, além de melhor

DESCRIÇÃO DAS METAS	Localizador	Unidade	Meta 2018	Meta 2019 - 2021
Ampliar de 12 para 16 o quantitativo de Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, sendo 01 no DAOUT, 01 no DAENT, 01 no DASAC e 01 no DABEN	DABEN	und	--	1
	DAENT	und	--	1
	DASAC	und	--	1
	DAOUT	und	--	1
Ampliar de 08 para 10 o número de Conselhos Tutelares	DABEN	und	---	1
	DAGUA	und	---	1
30 crianças e adolescentes atendidas pela implantação do Serviço em Família Acolhedora	Abrangência Municipal	und	30	90

gerenciar os programas sociais. Para a análise, três metas podem ser vistas na figura abaixo:

Figura 5 – Metas de assistência social analisadas

Fonte: PPA 2018-2021

Percebe-se que se buscou nessa área a ampliação de espaços para atendimento de pessoas em vulnerabilidade social. No entanto, tais metas não foram atingidas, portanto, a capacidade de atendimento continua a mesma desde 2018, com 12 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e 08 conselhos tutelares. Por outro lado, a instituição do programa Família Acolhedora foi cumprida em 2024 e sua meta de crianças e adolescentes no PPA 2022-2025 foi aumentada, já demonstrando um enfoque maior no público jovem e infantil.

Dessa forma, ao fazer o comparativo, percebe-se que a área da saúde apesar de obter maiores investimentos, ainda não conseguiu concretizar metas prioritárias como a expansão de capacidade de atendimento, mas, não se pode negar seus avanços com as UPA'S que estão dispostas em áreas estratégicas e atendem um grande número de pessoas. Por outro lado, é visível que a assistência social foi deixada de lado, visto que as metas prioritárias não foram cumpridas, além disso áreas voltadas para pessoas em situação de rua não foram abordadas.

8. SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA

Dentro do contexto de segurança pública, o PPA explora de maneira superficial o tema,

DESCRIÇÃO DAS METAS	Localizador	Unidade	Meta 2018	Meta 2019 - 2021
Ampliar de 38 para 45 os espaços públicos supervisionados por sistema de vídeo monitoramento	Abrangência Municipal	und	7	21
Ampliar de 30 para 70 os dispositivos de atendimento do SOS da PAZ em equipamentos públicos municipais	Abrangência Municipal	und	20	20
Ampliar de 120 para 160 o quantitativo de crianças e adolescentes atendidos pelo projeto Anjos da Guarda	Abrangência Municipal	und	10	30

não há no texto um detalhamento de indicadores ao longo dos anos. As principais metas presentes no PPA em análise podem ser vistas no quadro a seguir, além de seus resultados:

Figura 6 – Metas de segurança analisadas

Fonte: PPA 2018-2021

Os resultados mostraram um foco em programas voltados para as crianças, além de aumento da capacidade técnica dos órgãos de segurança. Sobre a meta de aumento de espaços supervisionados, com base nos dados de diagnóstico do PPA de 2022-2025, a meta não foi cumprida, havendo uma redução de 38 espaços para 15 espaços monitorados, o que contradiz a meta estipulada em 2018. No que tange ao programa SOS da paz, ele oferece um aparelho telefônico, com resposta imediata para os casos registrados como chamadas emergenciais vindo das escolas. No entanto, o quantitativo de dispositivos não se alterou desde 2018. Por fim, o projeto Anjos da Guarda que visa oferecer atendimento sócio educativo para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social teve um resultado positivo, além da manutenção do projeto, a ampliação do número de crianças chega a 380 no PPA vigente.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PPA é um instrumento fundamental para embasar a execução dos programas de cunho público, cujo objetivo central é o desenvolvimento social. No entanto, por meio desse trabalho, pôde-se observar várias lacunas, desde o planejamento ao monitoramento.

O presente estudo permitiu a análise e quebra entre expectativas, no que diz respeito ao próprio planejamento quadrienal e a realidade/execução das metas estabelecidas. Foi visto que, as principais metas da área social não foram cumpridas, mas, certas temáticas foram introduzidas no PPA 2022-2025, o que pode ser considerado um avanço. Pode-se citar também a pouca participação popular no processo de planejamento, o que dificulta ainda mais o cumprimento de demandas essenciais para a sociedade.

Os resultados mostraram encontraram limitações quanto às informações que deveriam ser de controle dos órgãos responsáveis, mas que não foram repassadas pela gestão de 2018. Ademais, a pesquisa limitou-se à temática de desenvolvimento social, logo, não foi utilizado as demais vertentes que o PPA 2018-2021 engloba. Para estudos futuros, sugere-se pesquisas voltadas às demais temáticas englobadas no PPA, além disso, aconselha-se o foco paralelo aos documentos interligados: LOA e LDO.

Espera-se que, nos próximos anos, tanto o PPA, quanto as leis orçamentárias sejam metrificadas de maneira mais estratégica e fortificadas por meio da efetiva participação popular,

7ª Edição 2024 | 10 e 11 de maio de 2024
Belém, Pará (Região Norte)

através de divulgações maciças das audiências públicas relacionadas às elaborações desses instrumentos políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Carol. Seel promove a 11ª edição dos Jogos de Integração para idosos. **Agência Pará**, 25 nov. 2019. Disponível em: <<https://agenciapara.com.br/noticia/16550/seel-promove-a-11-edicao-dos-jogos-de-integracao-para-idosos>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BELÉM (PA). Institui o Plano Plurianual para o período 2022/2025, e dá outras providências. Disponível em: <http://portaltransparencia.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/04/PPA-2022-2025_-_DOM.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2023.

BELÉM (PA). **Lei Nº 7.850, de 17 de outubro de 1997**. Dispõe sobre incentivo fiscal para a realização de projetos culturais ou esportivos, amadores, no âmbito do município de Belém. Câmara Municipal de Belém, 1997. Disponível em: <<https://cm-belem.jusbrasil.com.br/legislacao/581025/lei-7850-97>>. Acesso em: 28 mai. 2023.

BELÉM (PA). **Lei Nº 9.339, de 09 de novembro de 2017**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2018/2021, e dá outras providências. Disponível em: <<http://portaltransparencia.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/PPA-2018-2021.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2023.

BELÉM (PA). **Lei Nº 9.716, de 13 de dezembro de 2021**. Dispõe sobre o Plano Plurianual

BELÉM. **Lei Nº 9.880, de 16 de janeiro de 2023**. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Belém, o Conselho Municipal de Política Cultural. Câmara Municipal de Belém, 2023. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pa/b/belem/lei-ordinaria/2023/988/9880/lei-ordinaria-n-9880-2023-lei-valmir-carlos-bispo-santos-dispoe-sobre-o-sistema-municipal-de-cultura-de-belem-o-conselho-municipal-de-politica-cultural-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 07 jun. 2023.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

CARDOSO JR, J. CELSO. **Planejamento governamental, orçamentação e administração pública no Brasil: alavancas para o desenvolvimento sustentável**. Revista Brasileira de Administração Política, v. 7, n. 1, p. 79-79, 2014.

CARDOSO JR, José Celso. **Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o Estado**. Texto para Discussão, 2011.

CARNEIRO, Ricardo. **Planejamento e Gestão governamental na Esfera Estadual: uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistemas de acompanhamento dos PPAs.** PPA, v. 2015, p. 15-100, 2012.

CRESWELL, JOHN W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto;** Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DE OLIVEIRA, Ilda Helena Martins. **Economia Social, Pilar de um Novo Modelo de Desenvolvimento Económico Sustentável.** 2012. Dissertação de Mestrado. Instituto Politecnico do Porto (Portugal).

FRANCISCHINI, Alisson Augusto. **O Princípio da transparência na administração pública. 2022. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) –** Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

GARCIA, R. C. **A reorganização do processo de planejamento do governo federal: o PPA 2000-2003.** Brasília: Ipea, 2000. (Texto para Discussão, n. 726).

GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz. **Planejamento e orçamento governamental. Brasília:** Enap, v. 1, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEÃO, F. A. **O Planejamento como instrumento de gestão pública: uma análise dos planos de governo do estado do Ceará nos últimos 50 anos.** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2012. Dissertação de Mestrado em Economia.

LIMA, Luciana Leite et al. **Planejamento governamental nos municípios brasileiros: em direção a uma agenda de pesquisa.** Cadernos EBAPE. BR, v. 18, p. 323-335, 2020.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis.** Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980

MACOLMES, Irma Carina Brum. **Capacidades estatais para planejamento: o plano plurianual nos governos subnacionais.** Porto Alegre: UFRGS, 2018.

MEAD, L. M. **Public Policy: Vision, Potential, Limits.** Policy Currents.1995

MELO, AC de O.; RG FILHO, C.; JESUS, V. S. **Análise do Plano Plurianual Brasil 2008-2011.** IV Encontro de Administração Política. Vitória da Conquista–Bahia, 2013.

MIRANDA, Vitor. Prefeitura de Belém promove inclusão pelo esporte com a 6ª copa de futsal para surdos. **REDEPARÁ,** 18 jun. 2019. Disponível em:<<https://redepara.com.br/Noticia/198702/prefeitura-de-belem-promove-inclusao-pelo-esporte-com-a-6-copa-de-futsal-para-surdos>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

PAULO, Luiz Fernando Arantes. **O PPA como instrumento de planejamento e gestão estratégica.** Revista do Serviço Público (RSP). Brasília: ENAP, v. 61, n. 2, p. 171-187, abr./jun. 2010.

Prefeitura de Belém valoriza o poder curativo das ervas por meio do programa Farmácia Nativa. **Oliberal**, 1 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/estudio/prefeitura-de-belem/prefeitura-de-belem-valoriza-o-poder-curativo-das-ervas-por-meio-do-programa-farmacia-nativa-1.607856>>. Acesso em: 09 jun. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, **Conselhos tutelares.** Disponível em: <<https://comdac.belem.pa.gov.br/conselhos-tutelares/>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, **CRAS - centro de referência da assistência social.** Disponível em: <<https://funpapa.belem.pa.gov.br/institucional/cras/>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, **UPA – Unidades de Pronto Atendimento.** Disponível em: <<https://agiliza.belem.pa.gov.br/servicos/upa-unidades-de-pronto-atendimento/>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

Projeto da Prefeitura de Belém traz saúde e qualidade de vida à população. **Agência Belém**, 16 dez. 2021. Disponível em: <<https://agenciabelem.com.br/Noticia/222950/projeto-da-prefeitura-de-belem-traz-saude-e-qualidade-de-vida-a-populacao>>. Acesso em: 10 de jun. 2023.

Projeto Escola de Esporte abre inscrições para crianças e adolescentes, em Belém: matérias do **G1**, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/04/02/projeto-escola-de-esporte-abre-inscricoes-para-criancas-e-adolescentes-em-belem.ghtml>>. Acesso em: 09 jun. 2023.

RODRIGUES, Mauro Marcondes. **Retomando o planejamento: o plano plurianual 1996-1999.** Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 25, jun. 1996.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - PPA. **ANUÁRIO ESTATÍSTICO.** Disponível em: <<https://anuario.belem.pa.gov.br/economia/>>. Acesso em: 9 jun. 2023.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Editora Companhia das letras, 2018.